



















EMPODERAMENTO E SOLIDARIEDADE: A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES RURAIS CASA DA CULTURA GÓES ARTIGAS

EMPOWERMENT AND SOLIDARITY: THE CASA DA CULTURA GÓES ARTIGAS RURAL WOMEN'S ASSOCIATION

Carine Suder Fernandes  
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
Luane Kafcka Sanzovo  
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
Amanda Carolina Gomes  
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
Samanta Raue Massuga  
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
Anna Flávia de Freitas Loiola  
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
Aglailton Oliveira Magalhães  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
Cristiana Magni  
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
Carlos Alberto Marçal Gonzaga  
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Resumo: O presente trabalho analisa os sentidos e significados produzidos coletivamente pelas integrantes da Associação de Mulheres Rurais Casa da Cultura Góes Artigas a respeito da organização que compõem, a partir de suas práticas comunitárias no município de Inácio Martins/PR. A associação atua no campo da economia solidária, do empoderamento feminino e da valorização de saberes rurais, tendo como foco as vivências de mulheres camponesas. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseou-se em observação participante, análise documental e no uso de formulário autoaplicável *online*, sendo a coleta de dados realizada em três etapas, com visitas presenciais e restituição às participantes. Os resultados indicam que, por meio de práticas cooperativas, culturais e organizativas, as mulheres fortalecem laços comunitários, constroem autonomia econômica e social e produzem aprendizagens situadas no território. Conclui-se que a associação se configura como espaço de resistência comunitária, produção de saberes e transformação social, articulando solidariedade, cultura e processos educativos não formais.

Palavras-chave: Comunidade; Gênero; Economia solidária; Emancipação; Pertencimento.

Abstract: This study analyzes the meanings and senses collectively produced by members of the Rural Women's Association Casa da Cultura Góes Artigas regarding the organization they comprise, based on their community practices in the municipality of Inácio Martins, Paraná, Brazil. The association operates within the fields of solidarity economy, women's empowerment, and the valorization of rural knowledge, focusing on the lived experiences of peasant women. This qualitative research was grounded in participant observation, document analysis, and the use of an on-line self-administered form, with data collection carried out in three stages, including in-person visits and a feedback meeting with the participants. The findings indicate that, through cooperative, cultural, and organizational practices, the women strengthen community bonds, build economic and social autonomy, and produce learning processes rooted in the territory. It is concluded that the association constitutes a space of community resistance, knowledge production, and social transformation, articulating solidarity, culture, and non-formal educational processes.

Keywords: Community; Gender; Solidarity economy; Empowerment; Sense of Belonging



INTRODUÇÃO

Seres humanos são animais sociais: necessitam viver em coletividade para que sejam capazes de atender suas necessidades básicas, sejam estas de ordem material, ou relacionais e intersubjetivas. Desta maneira, comunidades são o meio encontrado por grupos humanos, ao longo de sua história, para atender essas necessidades e gerar mudanças significativas, em suas próprias vidas e no seu entorno (Castells, 1999; Melo, 2001; Palacios, 2001; Bauman, 2003). Nesse processo, as comunidades não se configuram apenas como espaços de reprodução da vida material e simbólica, mas também como lócus de produção e partilha de saberes, práticas e interpretações do mundo.

A articulação entre diferentes formas de conhecimento envolve a valorização e o reconhecimento da diversidade epistemológica presente nos diferentes territórios, implica a criação de diálogos entre o saber científico e os saberes tradicionais, populares e comunitários, bem como supera a hierarquia imposta pelo pensamento eurocêntrico (Quijano, 2005). Nesse sentido, a universidade se torna um espaço público de interconhecimento, onde múltiplas epistemologias coexistem e interagem de forma ativa e crítica (Walsh, 2009; Thürler, 2024). Essa perspectiva contribui para a descolonização do saber, promovendo partilhas que enriquecem todos os envolvidos e fortalecem a produção de conhecimento socialmente referenciado (Escobar, 2018). Embora partam de diferentes perspectivas epistemológicas, essas reflexões se alinham com as definições de Leis (2005) e Thürler (2024) para o termo “interdisciplinaridade”, caracterizado muito mais como uma encruzilhada de saberes e fazeres do que com uma perspectiva epistemológica.

No cotidiano, reconhecer práticas sociais, crenças e valores compartilhadas por pessoas que residem em uma mesma localidade e realizam atividades coletivamente, a partir de suas perspectivas e considerando estas encruzilhadas, é uma estratégia fundamental para identificar necessidades e demandas da população, por meio de suas próprias expressões, qualificando assim um possível planejamento e execução de estudos e desenvolvimento de políticas públicas adequadas àquela realidade.

Nosso principal objetivo com este trabalho é compreender parte do universo de crenças, valores e práticas sociais da Associação de Mulheres Rurais Casa de Cultura Góes Artigas. A associação recebeu o nome do distrito no qual a constituíram, uma comunidade rural vizinha de outros distritos rurais, localizada no município de Inácio Martins, situado na região centro-sul do Paraná, às margens da PR 364, ligando as cidades de Irati e Guarapuava.

Sua formação se deu aproximadamente entre 1940 e 1950. Durante esse período, serrarias encontraram uma vasta região de recursos florestais. O desenvolvimento econômico e crescimento populacional da localidade se dá principalmente a partir da instalação da Estação Ferroviária de Góes Artigas, em 1945, que pelo fato de estar situada em uma região rica em erva-mate e rodeada por serrarias, em pouco tempo se tornou um local movimentado e influente centro de comércio e carregamento de madeiras (Taborda, 1994).

Ao passo que os munícipes começaram a testemunhar o “progresso” de sua comunidade, as florestas nativas foram devastadas pelas serrarias que serviam a indústria madeireira, ao ponto de exaurir sua fonte de recursos. Gradualmente, esses estabelecimentos deixaram de funcionar ou transferiram suas atividades para outras regiões, ocasionando o êxodo rural. Permaneceram aspectos culturais, bem como elementos da experiência e das condições materiais de existência presentes desde suas primeiras décadas, entre estes a tradicional Romaria de São Gonçalo (Taborda, 1994).

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MULHERES RURAIS CASA DA CULTURA GÓES ARTIGAS

É na antiga vila ferroviária que surge a Associação Comunitária de Mulheres Rurais Casa da Cultura de Góes Artigas, que, de acordo com sua sócia-fundadora Taisa Lewitzki, é caracterizada:

[...] como coletivo de cultura, **empreendimento de economia solidária feminista e associação de produtoras rurais**, ampliamos nossas potências, por meio do resgate de saberes e defesa de valores, e dessa forma multiplicamos boas práticas, voltadas ao bem comum (Lewitzki e Fernandes, 2021, n.p., grifo nosso).

A associação teve início em 2015, a partir da organização de um coletivo de mulheres voltado à produção e comercialização de produtos agroecológicos e de panificação, com atuação na feira comunitária às margens da PR-364. Em 2016, com a definição de uma sede e a ampliação de suas atividades, estruturam-se também como Casa da Cultura, com ações formativas e culturais (RPC, 2017; Artigas, 2020; Lewitzki e Fernandes, 2021). A formalização jurídica ocorreu em 17 de junho de 2020, com estatuto próprio e 23 sócias-fundadoras (Artigas, 2020). Atualmente, a associação conta com 25 mulheres oficialmente associadas, das quais 12 participam ativamente da gestão e das atividades cotidianas. Em reconhecimento à sua

relevância social, recebeu os títulos de Utilidade Pública Municipal (Lei nº 983/2021) e Estadual (Lei nº 21.190/2022).

Ao reconhecermos as ruralidades como espaços vivos nos quais os papéis de gênero podem ser criados, performados, contestados e negociados, embora ainda sejam marcados por padrões tradicionalmente vinculados ao patriarcado (Maciazeki-Gomes, Nogueira e Toneli, 2016), a existência de uma associação de mulheres rurais que autodefinem-se como feministas desperta nosso interesse acadêmico, também atravessado pelas questões referentes à urgência das transformações sociais. Ao partir de nosso objetivo, intencionamos mais especificamente, no presente texto: a) mapear as percepções que as mulheres da associação construíram sobre si mesmas enquanto coletivo; b) apreender crenças e valores acerca da associação e de sua localidade, compartilhadas pelas mulheres da associação entre si e c) descrever algumas das práticas desenvolvidas pelas mulheres da associação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As tensões entre comunidade e sociedade constituem pedra fundante da modernidade ocidental e compreendê-las é imprescindível para melhor conhecer as dinâmicas das interações humanas e as transformações das estruturas sociais de nosso tempo. Tönnies (1887, *apud* Miranda, 1995) apresenta uma distinção a partir do caráter dos vínculos que sustentam as relações: na Comunidade, predominam laços afetivos e relações orgânicas, marcadas pela proximidade e pelo pertencimento. Por sua vez, na Sociedade, as interações são mediadas por interesses individuais e regras impessoais, configurando um cenário onde a coesão é construída por meio de contratos e convenções formais. Simmel (2006) explora o impacto dessas transições sobre as relações sociais ao diferenciar os processos de saciação, que estruturam interações formais e funcionais, de sociabilidade, que remete a interações livres, não utilitárias, preservando o valor do encontro e da vivência comunitária.

A comunidade, assim como a família, fortalece (ou deveria fortalecer) laços de segurança e proteção em um mundo em constante transformação (Marx, 1923/2005; Bauman, 2003). O avanço da globalização e da tecnologia impulsiona o debate sobre a relação entre o local e o global, bem como enfatiza a importância do pertencimento e da solidariedade. Segundo Palácios (2001), o sentimento de pertencimento é fundamental para a definição de comunidade, uma vez que constitui a experiência (inter)subjetiva dos vínculos socioafetivos estabelecidos coletivamente e evoca significados positivos e reconfortantes (Bauman, 2003).

Castells (1999) relaciona a construção de identidades à comunidade, ao pontuar que o compartilhamento de objetivos comuns fortalece o senso de conexão e pertencimento: adentrar a comunidade significa acessar um espaço físico e simbólico repleto de singularidades. Considerando a densidade populacional reduzida em contextos ruralizados, seria compreensível que sua configuração societária oferecesse as condições necessárias para a tessitura de vínculos relacionais com as características anteriormente elencadas, associando-os a uma percepção idealizada ou depreciativa de comunidade, contrapondo-a com o ambiente urbano (Maciazeki-Gomes, Nogueira e Toneli, 2016). Em suas reflexões, Maciazeki-Gomes, Nogueira e Toneli (2016) alertam para os riscos de tal binarismo, ao defenderem que as mudanças sociais ocorridas na última metade do século XX, resultantes das lutas e reivindicações dos movimentos sociais, vem produzindo efeitos também nas localidades rurais. De acordo com essas autoras, embora persistam estruturas patriarcais que confinam a mulher ao espaço privado e doméstico, a emergência de "novas ruralidades", a exemplo da agricultura orgânica, agroecologia e o agroturismo, tem se mostrado um campo fértil para a emancipação feminina (Maciazeki-Gomes, Nogueira e Toneli, 2016).

Ortiz (1999) descreve o "local" como um espaço delimitado que estrutura os hábitos cotidianos e reforça a sensação de autenticidade, emergindo potencialidades, tensões e disputas dessa relação entre coletivo e dimensões espaço-temporais. Afinal, toda forma de organização social implica relações de força, negociações e resistências. Segundo as reflexões de Foucault (2004), poder é compreendido como tecnologia política do corpo, que flui em diferentes intensidades e direções, conforme as confluências de oportunidades e status social. Onde há poder, há resistência, e ele é continuamente negociado nas relações sociais (Foucault, 2004). Dessa forma, a noção de poder se articula à comunidade na tessitura das contradições entre a busca por transformação social e a manutenção de uma dada configuração sociopolítica hegemônica, de modo que o conceito de "empoderamento" ganha especial importância no estudo e exame dessas relações.

De acordo com Berth (2018), empoderamento se refere a um conjunto de processos socio-relacionais (que também são econômicos e políticos) que conduzem, coletiva e articuladamente, sujeitos e grupos por um percurso de autoconhecimento, autoafirmação, autovalorização e autorreconhecimento enquanto seres e coletividades capazes de analisar e avaliar criticamente seu contexto e as relações ali estabelecidas, de modo a decidir as formas e os meios pelos quais gerir a vida e manejar o atendimento de suas necessidades e desejos.

Seguindo por essa trilha de raciocínio, no contexto das comunidades, o empoderamento pode ser compreendido como um processo coletivo que visa a transformação das relações sociais. O capitalismo, por meio de suas instituições, perpetua estruturas de controle social que frequentemente desfavorecem ou mesmo impedem a redistribuição de poder (Berth, 2018). Para romper esse ciclo, iniciativas de educação popular são essenciais, pois promovem o acesso à informação, facilitam processos de conscientização e estimulam a participação ativa dos indivíduos em suas comunidades (Roso e Romanini, 2014). Gohn (2019) e Kleba e Wendausen (2009) pontuam o papel central que organizações como a Casa da Cultura têm na promoção da confiança e no fortalecimento do senso de comunidade, contribuindo para a melhoria da vida comunitária ao respeitar a diversidade e fomentar laços de pertencimento e identidade.

Nesse ponto, evocamos as problematizações apresentadas por Aguiar (2017) em torno da dicotomização entre trabalho produtivo e reprodutivo nos contextos rurais. De acordo com sua análise, a categorização clássica do trabalho realizado por homens e mulheres como “pesado” e “leve”, respectivamente, culminam com a desvalorização do trabalho doméstico e apoio oferecido pelas mulheres ao longo da produção, bem como implicam na reprodução de modelos patriarcais nas configurações familiares e societárias em localidades rurais. Schneider, Godoy, Wedig e Vargas (2020) produzem dados que ecoam com tais afirmações, ao constatarem em sua pesquisa uma significativa tendência para o êxodo rural de jovens mulheres, feminização da velhice e masculinização da força de trabalho. Essas mesmas autoras também apontam para a divisão desigual do trabalho, existência de barreiras para a formação técnica e gestão do trabalho, além de limitação nas atividades de lazer. Importa destacar que ambos os estudos enfatizam a importância da agricultura familiar e modelos agroflorestais de cultivo, além do fortalecimento dos movimentos sociais de mulheres agricultoras, como alternativas que potencializam o acesso de mulheres à terra e à renda produzida por meio do trabalho rural, bem como promovem maior participação feminina nos processos de decisões (Aguiar, 2017; Schneider, Godoy, Wedig e Vargas, 2020).

Assim sendo, subsidiadas¹ pelas reflexões apresentadas até aqui, compreendemos que “comunidades” são espaços físicos e/ou simbólicos que possibilitam a construção de vínculos de pertencimento, solidariedade e identificação coletiva, sem negar as contradições e tensões nos jogos de poder que também atravessam as relações ali tecidas. A sustentação desses

¹ Informamos à pessoa leitora que, partindo de uma concepção ético-política que propõem a descentralização do masculino e a desconstrução de sua suposta universalidade, sempre que for mencionada uma pessoa genérica ou mais do que uma, optamos por utilizar o feminino como referência geral, em alusão à palavra “pessoa(s)”.

espaços, historicamente, tem sido largamente realizada pelas mulheres, em especial por mulheres negras e de classes populares, que desempenham papéis centrais na manutenção dos laços afetivos, nas práticas de cuidado, na transmissão de saberes e na organização da vida coletiva (hooks, 2021; Davis, 2018; Gonzalez, 1988/2020). O trabalho comunitário das mulheres é um dos principais instrumentos de resistência ao individualismo promovido pela lógica capitalista, reafirmando a importância da coletividade como forma de cuidado e sobrevivência (hooks, 2021, Hirata, 2022). De modo semelhante, Davis (2018) enfatiza que, em sociedades marcadas pela opressão e exclusão, foram as mulheres (especialmente as negras, indígenas e não-brancas) que, por meio das práticas cotidianas de solidariedade, educação e resistência, mantiveram vivas as estruturas comunitárias. No Brasil, mulheres negras assumiram o papel protagonista na constituição de espaços de acolhimento, pertencimento e luta social, articulando cultura, identidade e política em suas práticas comunitárias (Gonzalez, 1988/2020). Essas reflexões evidenciam que a comunidade, longe de ser apenas um espaço neutro de interação, é também um campo de disputas de poder onde as mulheres, muitas vezes invisibilizadas, desempenham funções essenciais para sua existência e transformação.

A compreensão das dinâmicas comunitárias exige um olhar atento às experiências concretas vividas por seus membros, bem como às relações que estruturam o cotidiano nesse espaço. Nesse sentido, a aproximação com o campo possibilita, para além da apreensão das singularidades locais, uma leitura mais aprofundada sobre as formas de organização, resistência e transformação presentes na comunidade. A seguir, serão apresentados os caminhos teórico-metodológicos que direcionam a produção e análise dos dados, assim como a descrição do processo investigativo.

PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo resulta de uma experiência exploratória, de natureza qualitativa, desenvolvida por um grupo de seis pós-graduandas do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC) da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), no âmbito do Projeto de Investigação Exploratória na Comunidade (PIEC). Trata-se de atividade obrigatória do PPGDC que busca ampliar os limites do ensino tradicional, incentivando investigações acadêmicas com viés extensionista, voltadas à inserção no contexto comunitário regional e à aproximação inicial com o campo investigativo.

Após a definição da associação como campo de estudo, que advém de uma escolha

realizada em conjunto, a partir de aproximações prévias de algumas integrantes e validada pelas demais, realizou-se contato inicial com sua presidente para apresentação dos objetivos e etapas da investigação e discussão das possibilidades de inserção nas atividades, priorizando uma aproximação respeitosa, gradual e pautada na escuta e no diálogo. A partir do estabelecimento de vínculos de confiança, por meio do qual as participantes anuíram² com nossa presença em suas atividades, registro das observações e utilização das informações produzidas para fins técnico-científicos, deu-se a inserção no campo, com a realização das visitas e observações participantes descritas a seguir.

Foram três etapas: a) observação participante, com duas visitas realizadas por algumas das acadêmicas à feira e a uma assembleia geral, com a presença de duas (02) e 21 (vinte e uma) associadas, respectivamente; b) reunião remota com duas (02) associadas para restituição dos resultados parciais; c) respostas a um formulário autoaplicável on-line, respondido voluntariamente por 11 (onze) participantes, contendo questões abertas e fechadas sobre trajetória de vida, trabalho rural, organização familiar, participação associativa e os significados atribuídos a essa experiência. Após os encontros, cada pesquisadora registrou suas impressões em diário de campo, posteriormente compartilhado e discutido em reunião entre as discentes. O uso combinado desses instrumentos buscou ampliar a compreensão qualitativa das narrativas produzidas.

Os diários de campo, o Estatuto Social da Associação e as respostas ao formulário on-line foram lidos e examinados exaustivamente. Dessa leitura, foram destacados excertos que faziam menção direta ou metafórica às atividades, crenças e valores das mulheres da associação. Em seguida, esses excertos foram reagrupados segundo a similaridade de sentidos e significados, em procedimento analítico inspirado em Bardin (2016), o que possibilitou a produção das categorias de análise, que apresentaremos na próxima seção.

SIGNIFICADOS E SENTIDOS PRODUZIDOS

As mulheres associadas à Casa da Cultura são da classe trabalhadora, com idades variadas entre 17 e 68 anos, que atuam profissionalmente e/ou residem em área rural há períodos que variam de 03 a 68 anos. A maioria reside no município de Inácio Martins há pelo menos

² Por tratar-se de investigação exploratória, vinculada à atividade extensionista no âmbito do ensino de pós-graduação, sem coleta de dados sensíveis, não houve submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, sem que os princípios éticos para a pesquisa com seres humanos fossem negligenciados.

dois terços de sua vida e integra a associação desde sua fundação. Entre as participantes mais ativas, todas participam das atividades promovidas pela Casa de Cultura, como cursos, formações e eventos culturais, e a maioria desempenha funções essenciais para o seu funcionamento, incluindo gestão administrativa e técnica, atendimento ao público, zeladoria da sede e apoio executivo na operacionalização dos projetos. Além de suas atividades produtivas no meio rural, essas mulheres também exercem trabalho doméstico não remunerado em seus domicílios, sendo responsáveis pelo cuidado com a casa, a alimentação, a vestimenta, as pessoas e os animais que compõem o núcleo familiar.

Os procedimentos analíticos descritos anteriormente possibilitaram a produção de três eixos de análise, conforme segue.

Atividade laboral e/ou econômica

A sede física da associação e a feira constituem os principais espaços de materialização das atividades laborais e econômicas desenvolvidas pelas mulheres associadas e suas famílias, centradas na produção e comercialização de alimentos e produtos artesanais. As próprias associadas fabricam os itens comercializados na feira, como pães, salgados e geleias, frequentemente utilizando o espaço e o maquinário da sede da Associação. A feira ocorre aos sábados, a partir das 13h, em sua sede própria, às margens da PR-364. Mais do que um local para comercialização de seus produtos, constitui um ponto de encontro para reunião de pessoas, no qual se atualizam sobre a vida umas das outras, partilham interesses e fortalecem os laços que as unem.

[...] antes da pandemia o movimento no dia da feira era muito maior, com torneios de truco e com mesas e cadeiras sendo colocadas ao ar livre para todos que prestigiavam a feira. [...] A maioria dos clientes são pessoas da própria região que, muitas vezes, já conhecem a associação e a feira (Registro em diário de campo - dia 01).

[...] a Casa da Cultura surgiu há nove anos, e como uma extensão desta – como a própria R. menciona – surgiu a feira, que mais que um local para comercialização de produtos, é um local para reunião das pessoas, para conversar, tomar chimarrão e passar um tempo de qualidade juntas.” (Registro em diário de campo - dia 01).

A feira foi uma espécie de embrião da associação e ambas foram resultado da colaboração coletiva, tanto das mulheres associadas, quanto de integrantes da comunidade. Feira e sede são, principalmente, espaços de sociabilidade e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, especialmente no que diz respeito ao empoderamento feminino, uma vez que

contribui para o desenvolvimento de autonomia de renda e pensamento, alinhando-se assim às discussões de Freire (1987) e Berth (2018).

As ações das associadas são orientadas por valores de respeito ao meio ambiente e à comunidade local, expressos tanto nos relatos das participantes quanto nos princípios explicitados em seu Estatuto Social:

Art. 6º. A associação tem como objetivo a prestação de serviços coletivos que possam **contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, sobretudo das mulheres rurais**, através de ações socioculturais, programas de formação e capacitação técnica, apoio das atividades socioprodutivas e melhoria na qualidade de vida de suas associadas. A partir do **fomento a agricultura familiar e agroecológica, a economia solidária feminista, ao empreendedorismo rural sustentável, a proteção e a defesa do meio ambiente, o respeito e a promoção da cultura em suas diferentes formas e na defesa das atividades econômicas, sociais, culturais, educacionais e ambientais de suas associadas** (Excerto do Estatuto Social da Associação, 2020, n.p., grifo nosso).

Nas palavras das mulheres predominam enunciados de orgulho, pertencimento e satisfação em integrar a Associação, destacando-a como espaço de convivência, apoio mútuo e valorização do trabalho das mulheres, ainda que também sejam mencionadas dificuldades relacionadas à organização cotidiana das atividades, em especial: a sobrecarga na organização logística e administração da feira e a escassez de recursos tecnológicos que poderiam potencializar os ganhos financeiros das associadas, tais como acesso a Internet.

As atividades desenvolvidas pelas mulheres da associação ancoram-se ao conceito de economia solidária, uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e que visa proporcionar condições de vida digna para as camadas da sociedade marginalizadas pelo capitalismo (Coutinho, Beiras, Picinin e Lückmann, 2005). Através de práticas democráticas e participativas, pessoas historicamente marginalizadas podem ser ouvidas e respeitadas, incluindo nesse grupo as mulheres. Essa prática incentiva a colaboração, a autogestão e a equidade social, proporcionando aos seus membros a chance de se desenvolverem tanto pessoal como profissionalmente, além de promover o senso de pertencimento, identificação e solidariedade, elementos que caracterizam as vivências comunitárias (Castells, 1999; Melo, 2001; Palacios, 2001; Bauman, 2003).

Organizações constituídas a partir de práticas e valores inerentes à economia solidária possibilitam que pessoas de grupos historicamente marginalizados, em especial as mulheres, apliquem seus talentos em prol da vida de seus familiares e economia da localidade em que residem, como uma estratégia para valorizar as habilidades e conhecimentos advindos de

tecnologias tradicionais e ao mesmo tempo inovadoras, potencializando a transformação dos vínculos afetivos em ferramentas para superação dos obstáculos, em especial aqueles de ordem socioeconômica (Lima, 2008).

Por fim, a sobreposição de papéis, na qual o trabalho comunitário e produtivo se soma às atividades de cuidado, administração da casa e acompanhamento da família, é notável nas narrativas das participantes e evidencia a persistência da divisão sexual do trabalho no meio rural, dados que dialogam com os estudos de Maciazeki-Gomes, Nogueira e Toneli (2016), Aguiar (2017) e de Schneider, Godoy, Wedig e Vargas (2020).

Para além de sua dimensão econômica, as práticas desenvolvidas na feira e na sede da associação configuram-se como espaços de aprendizagem coletiva, nos quais as mulheres constroem e compartilham saberes sobre produção, organização, gestão do trabalho e relação com o território.

A Associação proporciona conhecimento e valoriza o trabalho desenvolvido por mulheres, permitindo a cada uma conquistar o seu espaço dentro e fora da comunidade” (P2).

Esses aprendizados, produzidos no cotidiano, emergem da experiência concreta de trabalhar juntas.

Vivências de gênero

O nascimento da Associação, a partir da organização da feira, resulta da necessidade de pertencimento, apoio mútuo e crescimento pessoal e econômico vivenciada pelas mulheres da localidade. Por meio das atividades desenvolvidas, as integrantes compartilham experiências e se apoiam mutuamente por meio de práticas de acolhida, cuidado, suporte material e afetivo, organização coletiva que viabiliza a participação das mulheres, especialmente mães, valorização dos processos democráticos e criação de oportunidades de desenvolvimento, sobretudo a partir dos cursos, oficinas e eventos promovidos pela Associação.

É uma forma de organização coletiva, que serve de instrumento para acessar políticas públicas, projetos coletivos, e trocas (P1).

A Associação proporciona conhecimento e valoriza o trabalho desenvolvido por mulheres, permitindo a cada uma conquistar o seu espaço dentro e fora da comunidade (P2).

Amizade, Esperança, inovação, união. [...] A associação é muito boa. Sempre estão prestando serviços para melhor acomodar as sócias (P3 e P4).

Força, união coletiva, juntas fazemos a diferença, evolução constante (P8).

[...] É um lugar de apoio, acolhimento e união, onde me sinto parte. Ali criamos laços, aprendemos juntas e nos fortalecemos (P9).

A partir dessas constatações, evidencia-se o caráter social e transformador das ações desenvolvidas pela Associação, em consonância com as discussões teóricas sobre empoderamento, que em espaços coletivos ultrapassa o fortalecimento individual, envolvendo a construção de vínculos de solidariedade e de processos educativos que ampliam a capacidade crítica e a atuação social das participantes (Berth, 2018; Gohn, 2019). As reflexões de hooks (2018) contribuem para essa compreensão ao destacar o potencial transgressor e libertador da educação na promoção de rupturas, ainda que cotidianas, em sistemas de opressão. Nesse sentido, a organização coletiva de mulheres em contextos rurais, marcados por desigualdades de gênero, pode ser compreendida como um processo de transgressão emancipatória, no qual se criam condições para o fortalecimento de projetos individuais e coletivos ancorados em valores democráticos (Maciazeki-Gomes, Nogueira e Toneli, 2016; Aguiar, 2017; Schneider, Godoy, Wedig e Vargas, 2020).

As mulheres vêm conquistando uma maior presença no mercado de trabalho no meio rural, conciliando suas responsabilidades domésticas. Quando uma mulher ingressa no cenário público continua sendo a figura central na administração do lar, levando consigo as demandas oriundas do ambiente privado (Aguiar, 2017; Schneider, Godoy, Wedig e Vargas, 2020). Essa sobreposição de papéis e responsabilidades contribui para a preservação e perpetuação das relações familiares já estabelecidas, comumente caracterizadas pela sobrecarga afetivo-cognitiva e invisibilização do trabalho doméstico (Aguiar, 2017; Schneider, Godoy, Wedig e Vargas, 2020, hooks, 2021, Hirata, 2022). As mulheres do campo lutam por seus direitos como cidadãs, por uma posição mais equitativa, por uma sociedade mais justa e que valorize seu talento inovador e estratégico capaz de converter laços afetivos em superação de obstáculos, principalmente socioeconômicos, alcançando participação coletiva e reconhecimento social (Melo, 2001; Lima, 2008).

Sobre os eventos culturais e as atividades coletivas promovidas pela associação e a respeito dos sentidos e significados atribuídos pelas mulheres associadas a esses fazeres-saberes, os dados produzidos evidenciaram que a contribuição das mulheres deve ser reconhecida a partir de suas vivências e trajetórias. A luta das mulheres pelo acesso à terra, por meio da *“agricultura familiar e agroecológica, a economia solidária feminista, ao empreendedorismo rural sustentável, a proteção e a defesa do meio ambiente”* (Excerto do Estatuto Social da Associação, 2020, n.p.). é, para além de reivindicação por direitos, uma

afirmação de sua dignidade e um ato de transformação social, que desafia e ressignifica os papéis de gênero. Dessa forma, ao reconhecer e valorizar seus conhecimentos e trabalho, seu papel essencial no processo de desenvolvimento social, político e econômico é endossado, destacando que sua participação ativa é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa (Berth, 2018; hooks, 2018, 2021; Gohn, 2019).

Presenciando as atividades da Casa da Cultura, conseguimos visualizar a possibilidade de que o grupo atue na construção de novas configurações sociais, nas quais as mulheres associadas estejam articuladas numa luta coletiva. Os processos de valorização da cultura agrícola³ e da identidade regional promovidos pela própria associação possibilitam cotidianamente que as pessoas participantes sejam apoiadas no processo de reflexão sobre os problemas postos pela vida em comunidade, procurando contribuir para a tomada de decisões, o desenvolvimento da consciência crítica e o aumento da capacidade de intervenção sobre a realidade.

São inúmeras as habilidades e conhecimentos aprendidos!!! Por exemplo: fabricação de pães, bolos, bolachas, artesanato, costura, pintura e estamparia, através das plantas medicinais a produção de pomadas, específicos, tinturas, chás etc. Vários cursos e palestras sobre diversos temas como: violência contra mulher, direitos das mulheres, saúde da mulher, conscientização contra violência doméstica, saúde mental, sobrecarga feminina entre outros (P1).

Aprendi muita coisa, a associação é muito importante para nós mulheres rurais, é uma forma de dar visibilidade a nossa voz (P7).

As experiências e valores compartilhados em seu cotidiano proporcionaram a construção das condições materiais necessárias para a tessitura dos laços de identidade e pertencimento entre as integrantes da associação, possibilitando seu entendimento enquanto uma comunidade (Miranda, 1995; Ortiz, 1999; Simmel, 2006; hooks, 2021).

Força, união coletiva, juntas fazemos a diferença, evolução constante (P8).

Para mim, a Associação tem um significado muito especial, tanto social quanto emocional. É um lugar de apoio, acolhimento e união, onde me sinto parte. Ali criamos laços, aprendemos juntos e nos fortalecemos (P9).

Toda essa complexa dinâmica resulta em empoderamento de comunidades rurais, ou seja, no aumento das possibilidades de manejo da vida por parte de indivíduos e comunidades,

³ Compreendemos que esse é o termo mais apropriado, uma vez que a Associação atua com produção agrícola (hortas, feiras de produtos, saberes rurais etc.), valoriza modos de vida ligados à terra e ao cultivo, e promove práticas ligadas à agricultura no sentido amplo (não só técnico, mas simbólico e cultural).

da eficácia política, uma maior justiça social e a melhoria da qualidade de vida do grupo (Carvalho, 2004; Berth, 2018). Freire (1979) e hooks (2018) nos lembram que, ao compreender sua realidade, possibilita-se ao sujeito a questionar e procurar por soluções ao gerar significativas transformações em si mesmo e em seu entorno por meio de seu trabalho, com construção de um mundo de fato mais inclusivo. É nesse sentido que as experiências compartilhadas no interior da associação também produzem aprendizagens sobre opressões estruturais, jogos de poder, cooperação e autonomia, permitindo que as mulheres elaborem coletivamente estratégias para lidar com a sobreposição de papéis e com as desigualdades que atravessam suas trajetórias.

Processos de educação não formal e comunitária

A associação está diretamente ligada a processos educativos que se desenvolvem fora dos espaços formais escolares, configurando-se como uma experiência de educação comunitária. Essa dimensão educativa é explicitada também na forma como as próprias mulheres significam a associação: *“Pra mim a Associação é uma escola comunitária, onde se aprende e também ensina”* (P5). Essa enunciação sintetiza a compreensão da associação como espaço pedagógico não formal, no qual o aprender e o ensinar se constroem de maneira horizontal e os seus saberes, valores e práticas são continuamente produzidos, compartilhados e ressignificados (Gohn, 2020; Freire, 1979, 1987).

Para Gohn (2020) “a educação não formal constitui um processo com várias dimensões, como a capacitação dos indivíduos para o trabalho e a aprendizagem de práticas de organização com objetivos comunitários, voltada para a solução de problemas coletivos cotidianos [...]” (p. 13). Dessa forma, apesar de a educação não formal ser recorrentemente negligenciada e não tratada como forma educacional de fato, entende-se que ela encontra-se enraizada aos processos de autoaprendizagem e aprendizagem, sobretudo aquele fruto da experiência em ações coletivas (Gohn, 2020).

Esses processos educativos que transcendem os modelos ortodoxos podem ser encontrados em muitas das práticas cotidianas da Associação, como a organização da feira, a realização de oficinas, cursos, assembleias e eventos culturais, assim como na gestão coletiva e democrática do espaço, sendo inclusive, estas ações apontadas como referência de significância da associação na vida das associadas.

[A Casa de Cultura oferece grande] Variedade de atividades, como oficinas,

apresentações, exposições, cursos de artes e muito mais. A Associação proporciona conhecimento e valoriza o trabalho desenvolvido por mulheres, permitindo a cada uma conquistar o seu espaço dentro e fora da comunidade (P2).

Para mim, a Associação tem um significado muito especial, tanto social quanto emocional. [...] Ali criamos laços, aprendemos juntos e nos fortalecemos (P9).

Tais afirmações ressaltam a compreensão de que para as mulheres associadas, para além de um espaço de articulação, a Associação constitui um ambiente de aprendizado, em suas diferentes nuances. Essas experiências promovem aprendizagens que envolvem desde o desenvolvimento de habilidades técnicas e organizacionais até a ampliação da consciência crítica sobre relações de gênero, trabalho, território e pertencimento comunitário, conforme alguns excertos apresentados anteriormente. As atividades desenvolvidas na Casa de Cultura se configuram como processos educacionais que são frutos das vivências das mulheres rurais, que valorizam os saberes tradicionais, a experiência e a troca entre gerações.

Importa lembrar, nesse contexto, que a noção de interdisciplinaridade implica na aproximação das universidades junto aos territórios, restituindo-lhes o saber-fazer que foi produzido a partir das investigações acadêmicas (Quijano, 2005; Walsh, 2009; Thürler, 2024). A reunião de restituição realizada com algumas das associadas teve, como principal objetivo, acolher a avaliação que elas fizeram dos encontros e do processo de produção de conhecimento, bem como endossar seu protagonismo nessa trajetória: *"Vocês fizeram lembrar da nossa importância. Enalteceram tanto a gente, ficamos muito faceiras"* (P1, que participou da reunião).

A partir de sua prática, a associação promove um espaço de ensino e aprendizagem que fortalece os modos de vida em comunidade, rompendo com o processo tradicional\tecnicista eurocêntrico e urbano. Ao considerar os pressupostos e métodos freireanos, os dados produzidos a partir do estudo aqui relatado, em particular excertos do estatuto, a mediação realizada na assembleia e alguns enunciados das participantes, é possível afirmar que o processo ocorre a partir do que Freire (1979, 1987) denomina construção dialógica, segundo a qual o educador não seria o único a educar. De acordo com essa perspectiva, há uma construção entre os sujeitos a partir do diálogo e partilhas, conjunta e simultaneamente: “o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado com o educando que, ao ser educado, também educa” (Freire, 1987). Em outras palavras, as práticas educativas desenvolvidas na associação transcendem a transmissão de técnicas ou a formação para o trabalho, e envolvem

também a produção de uma consciência histórica e territorial. Ao valorizar saberes agrícolas, práticas culturais e modos de vida vinculados à terra, a Associação contribui para que as mulheres elaborem coletivamente o sentido de sua permanência no território e de sua atuação política enquanto mulheres rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de produção e análise de dados aqui apresentado proporcionou uma oportunidade enriquecedora para retomar, reforçar e perceber, na prática, os conhecimentos produzidos sobre comunidades. Ao nos familiarizarmos com as crenças, valores e práticas das mulheres da associação, tornou-se evidente como o trabalho comunitário fortalece os laços de pertencimento e identidade, fundamentais para a autonomia social e o empoderamento coletivo.

As atividades desenvolvidas na associação estão vinculadas ao cuidado com a terra, com a natureza e com as relações interpessoais entre as mulheres. A autoidentificação como "mulheres rurais" vai além da localização geográfica e se define principalmente pelo trabalho que realizam na produção de alimentos e artesanato. Da mesma forma, a adesão a movimentos feministas nasce do entendimento crítico sobre seu papel na sociedade e das limitações impostas por um sistema que prioriza o lucro em detrimento da vida e favorece homens brancos, cis-gênero e heterossexuais. Com essa consciência de gênero e classe, essas mulheres criam estratégias de suporte e cuidado mútuo para superar as barreiras sociais que enfrentam.

A associação se revelou como um espaço organizado em torno de valores compartilhados e um forte senso de solidariedade. Suas integrantes demonstram um compromisso significativo com a coletividade, utilizando a cooperação e a economia solidária para promover acolhimento, pertencimento e desenvolvimento conjunto. Assim, suas práticas produzem aprendizagens que extrapolam os limites do trabalho econômico e da organização comunitária. Aprendizagens essas que se constituem no cotidiano das relações, na partilha de saberes, na tomada coletiva de decisões e na convivência entre diferentes trajetórias de vida, configurando processos educativos não formais e situados no território.

As reflexões teórico-metodológicas adotadas neste estudo encontram eco nas vivências percebidas, especialmente no fortalecimento da identidade comunitária e no exercício da cidadania ativa. Transcendendo a mera aplicação de conceitos teóricos, trata-se de vivenciar a vinculação intrínseca entre teoria e ação. A força e a determinação das mulheres da Casa de Cultura reforçam a importância de apoiar iniciativas comunitárias que valorizem e

potencializem saberes locais, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa. Os encontros e partilhas realizados evidenciaram que a associação é um espaço seguro e acolhedor, onde essas mulheres encontram apoio e se desenvolvem juntas, sem deixar nenhuma para trás. É um lugar de exercício da cidadania e dos laços ético-políticos com a humanidade, que interessa ser preservado e fortalecido por meio do comprometimento coletivo.

Destacamos, ainda, a importância das atividades extensionistas integradas ao ensino e à produção de conhecimento científico, especialmente no contexto das universidades públicas. As instituições acadêmicas desempenham um papel fundamental na formação de profissionais e pesquisadoras comprometidas com a realidade social em que estão inseridas. Como retorno à população, é essencial que as ações extensionistas sejam significativas para as comunidades envolvidas, contribuindo para superar o distanciamento histórico entre universidade e sociedade, frequentemente marcado por relações predatórias de ensino e pesquisa.

A experiência aqui relatada e discutida foi enriquecedora tanto para as estudantes quanto para as mulheres da associação. Para nós, acadêmicas e profissionais, possibilitou uma compreensão mais aprofundada dos conhecimentos adquiridos por meio da revisão de literatura e dos debates acadêmicos sobre comunidade e pertencimento, ancorando-as na concretude do cotidiano vivenciado por pessoas reais. Para as mulheres da associação, representou a reafirmação da importância de seu trabalho e de sua (re)existência na construção de um mundo mais justo e menos violento, o que reforça o compromisso ético-político assumido desde a escolha metodológica, garantindo a participação ativa das envolvidas em todas as etapas do processo.

O tempo dedicado à experiência de campo foi insuficiente para abranger por completo as crenças e valores da comunidade em sua totalidade, o que abre espaço para futuras investigações exploratórias. Novas pesquisas podem aprofundar o estudo das redes de solidariedade e o papel das políticas públicas nesse processo, com a manutenção do vínculo entre universidade e Casa da Cultura por meio das práticas vinculadas ao PIEC/PPGDC. Extrapolando a consolidação de aprendizados, esse encontro também abriu caminhos para novas descobertas e reflexões sobre a construção coletiva de um futuro mais solidário e inclusivo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Violência V. P. O trabalho das mulheres nos espaços rurais: algumas reflexões.

Raízes, v. 37, n. 2, p. 134-149, jul./dez., 2017. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/71/61>. Acesso em 04/02/2026.

ARTIGAS, Casa da Cultura Góes. **Casa da Cultura Góes Artigas**. [vídeo]. 21 nov. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/HyUXXuaHpMc?si=VYAFRoD5A-pCqQLI>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zajar, 2003.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

CARVALHO, Sérgio Resende. As contradições da promoção à saúde em relação à produção de sujeitos e a mudança social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.9, n.3, p.669-78, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232004000300018>. Acesso em 22 jun. 2024.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, v. 2, 1999.

COUTINHO, Maria Chalfin; BEIRAS, Adriano; PICININ, Dhiancarlos; LÜCKMANN, Gabriel Luiz. Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a psicologia em empreendimentos solidários. In: **Psicologia & Sociedade**, vol. 17, n. 1, p. 17-28, Porto Alegre: 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000100002>. Acesso em: 22 jun. 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ESCOBAR, Arturo. **Designs for the Pluriverse: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds**. Durham: Duke University Press, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12. ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal: Direitos e aprendizagens dos cidadãos (ãs) em tempos do Coronavírus. **Revista Humanidades e Inovação** v.7, n.7.7, 2020. p. 9-20. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3259>. Acesso em 03 fev. 2026.

GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e participação da sociedade civil: reflexões sobre práticas sociais participativas**. São Paulo: Cortez, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Organização: Flávia Rios; Márcia Lima. Rio de Janeiro:

Zahar, 2020. p. 63-81. (Texto original de 1988.)

HIRATA, Helena. **O cuidado**: teorias e práticas. São Paulo: Boitempo, 2022.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. Tradução de Ana Ban. Rio de Janeiro: Elefante, 2021.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. **Empoderamento**: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. Saúde soc., São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, Dec. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000400016>. Acesso em: 12 maio 2020.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas**, n. 73, ago. 2005. ISSN 1678-7730. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/2176/4455>. Acesso em: 22 jun. 2024.

LEWITZKI, Taisa; FERNANDES, Kleber. Casa da Cultura Góes Artigas: Somos Sementes. **Portal Comunique**. 21 mar. 2021. Disponível em: <https://www.portalcomunique.com.br/2021/03/casa-da-cultura-goes-artigas-somos.html>. Acesso em: 22 jun. 2024

LIMA, Betina Stefanello. **Teto de vidro ou labirinto de cristal?** As margens femininas das ciências. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/3714>. Acesso em 22 jun. 2024.

MACIAZEKI-GOMES, Rita de Cássia; NOGUEIRA, Conceição; TONELI, Maria Juracy F.. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 1, Jan.-Abr., 2016. p. 115-124. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p115>. Acesso em: 03 de fev. 2026.

MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo Editorial, [1923] 2005.

MELO, Denise. **A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas/SP, 2001. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/205196>. Acesso em: 22 jun. 2024.

MIRANDA, Orlando (org.). **Para Ler Ferdinand Tonnies**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

ORTIZ, R. Um outro território. In: BOLAÑO, C. R. S. (Org.). **Globalização e regionalização das comunicações**. São Paulo: Educ/Editora da UFS/Intercom, 1999. p. 29-72

PALÁCIOS, Marcos. O medo do vazio: comunicação, sociabilidade e novas tribos. In:

RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Idade média**. Salvador: UFBA, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **Revista Internacional de Ciências Sociais**, v. 50, n. 1, p. 222-232, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em 22 jun. 2024.

ROSO, Adriane; ROMANINI, Moises. Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico. **Psicologia e Saber Social**, v. 3, n. 1, p. 83-95, 2014. DOI: <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2014.12203>. Acesso em 03 fev. 2026.

RPC - Rede Paranaense de Comunicação. Mulheres de Inácio Martins se unem para criar espaço cultural. **Boa Noite Paraná**. [vídeo]. 05 jan. 2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5558668/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

SCHNEIDER; Clair Odete; GODOY; Cristiane Maria Tonetto; WEDIG, Josiane Carine; VARGAS; Thiago de Oliveira. Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná. **Interações**, Campo Grande/MS, v. 21, n. 2, p. 245-258, abr./jun., 2020. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/2560/2447>. Acesso em 04/02/2026.

SIMMEL, Georg. **Questões Fundamentais da Sociologia**: Indivíduo e Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

TABORDA, Diomedes de Oliveira. **Inácio Martins**: Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos. Monografia. Guarapuava: UNICENTRO, 1994.

THÜRLER, Djalma. Um mundo melhor para um número maior de pessoas. **Revista da ANINTER-SH**, v.1, artigo 1, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.69817/2965-954X/v1a1>. Disponível em: <https://revistadaanintersh.org/index.php/anintersh/article/view/32/29>. Acesso em: 6 set. 2024.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: Inovação e desafios na educação latino-americana. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina: Entre concepções, tensões e propostas**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 12-27.

Submissão em: 27/06/2025.

Aprovação em: 30/01/2026.